

## **Compreender a dinâmica do capital de risco (II)**

Num espaço de 20 anos, em Portugal, o número de Sociedades de Capital de Risco [...] mantém-se praticamente o mesmo, ou seja, 22 entidades.

Francisco Banha

Após ter apresentado os aspectos conceptuais que se encontram associados à Indústria de Capital de Risco, nomeadamente as fases de investimento em que os investidores afectam os seus recursos, considero útil dar a conhecer um conjunto de elementos que ajudem a compreender a dinâmica existente nesta actividade.

Assim, começo por referir que Portugal assistiu nos últimos dois anos, pela primeira vez em 20 anos de Capital de Risco, a um verdadeiro clima potenciador da actividade empreendedora, muito por força da excelente performance alcançada pelas Sociedades de Capital de Risco (SCR) onde o Estado tem uma maioria accionista significativa – merecendo nestas um particular destaque a actividade desenvolvida pela PME Investimentos (mais de 50 Milhões de euros investidos em 52 projectos de base tecnológica e predominantemente nas fases ‘Seed’ e ‘Start-Up’) . Neste período, os empreendedores, portadores de projectos com elevado potencial de crescimento e valorização e assentes numa boa equipa de gestão, conseguiram obter os capitais necessários ao arranque dos seus negócios, independentemente das suas áreas de actividade e até mesmo dos montantes envolvidos. Refiram-se, como exemplos clarificadores, os casos da Alfama que “levantou” 3 milhões de euros, a BySat 365 mil euros, ou até mesmo a Brincopólis que “levantou” apenas 50 mil euros.

Por sua vez, nos projectos de expansão e/ou de MBO/MBI as operações realizadas pelas SCR, como o demonstram os investimentos efectuados pelas (i) Caixa Desenvolvimento no processo de aquisição da Compal no valor de 100 Milhões de Euros, (ii) Explorer nas aquisições da Nutricafés, Homes Place e Saprogal e (iii) API Capital na Visabeira e na Logoplaste (que implicaram afectação de verbas na ordem dos 20 Milhões de Euros) continuam, a exemplo do que ocorreu no passado com os Grupos Pestana e Quintas e Quintas, a confirmar a predisposição dos investidores, nacionais e internacionais, por projectos com estas características.

Apesar do clima positivo atrás referido há que reconhecer que o Capital de Risco não tem qualquer relevância na economia portuguesa, contrariamente ao que se verifica em Espanha onde os valores investidos tem atingido recordes dignos de registo conforme o demonstram os números alcançados em 2006 – 2.815 milhões de euros contra os cerca de 130 milhões de euros registados em Portugal. Outro indicador importante tem a ver com a atracção de novos recursos para esta actividade que em Espanha atingiram, no citado período, cerca de 3,6 mil milhões de euros contra valores meramente residuais no nosso

país. Refira-se aliás que num espaço de 20 anos o número de SCR em Espanha passou de 24 para 140 enquanto que no nosso País o número se mantém praticamente o mesmo ou seja 22 entidades.

Naturalmente que o acréscimo alcançado em Espanha, se deve à significativa oferta de Fundos na área das Operações de “MBO” e/ou “MBI” e que não têm tido equivalência em Portugal. Considero no entanto, que tal é justificado, não tanto por culpa do lado da oferta pois, a este nível, sempre existiu Capital de Risco em Portugal, mas principalmente pela ausência de gestores portugueses, com características empreendedoras, que se encontrem sensibilizados para as oportunidades existentes na transmissão da propriedade das empresas, principalmente por parte dos empresários fundadores.

Acredito no entanto que, nos próximos anos, o mercado nacional de MBO/IN irá “aquecer” e as SCR privadas irão ter aí uma excelente oportunidade de realizarem os seus investimentos. Neste contexto nunca é de mais salientar a importância de se continuar a preencher o ‘Gap’ existente nas fases de capital semente, (não obstante o excelente comportamento manifestado pelas SCR do Estado que dirigiram a sua oferta às necessidades dos primeiros estágios de financiamento) por novos investidores – ‘business angels’, fundos ‘seed capital’ universitários, ‘corporate ventures’ – que permita continuar a estimular o aparecimento e o estabelecimento de novas empresas voltadas para a inovação.